



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

to de Uberaba, com sua conhecida capacidade e sua dialética, na verdade, queria que eu reafirmasse aqui o que falei, de que, na reforma tributária, do ponto de vista do Governo Federal, existe já uma determinação, ou seja, não se vai alterar, em desfavor dos municípios, a participação relativa entre estados, municípios e União.

Podem ficar tranquilos: ninguém vai tirar um tostão de município na reforma tributária. (*Palmas.*) Pelo contrário, no caso do ITR, por exemplo, a proposta é de que haja um entendimento entre estados e municípios, e os municípios que tiverem condições de cobrar o ITR, cobrarão o ITR. E a partição pode ser feita diretamente, a esse nível. Portanto, isso acrescentará, não diminuirá o bolo à disposição dos municípios.

Para não fugirmos às questões mais espinhosas – o 13º –, também quero dizer, com muita franqueza, o seguinte: de alguma forma, nós dependemos do Congresso, naturalmente, sempre. Mas, de alguma forma, aprovadas as medidas que aqui estão mencionadas, tanto na saúde quanto na educação, nós damos mais do que um 13º, porque só na educação são 800 milhões de reais; e na saúde, com essas transferências, com o esforço imenso que o Ministro Jatene está fazendo para obter o Imposto sobre Circulação Financeira com destinação à saúde, isso vai para os municípios. É mais do que o 13º.

O Fundo de Participação é constitucional. O Presidente não tem o poder para aumentá-lo nem para diminuí-lo, ele depende da Constituição, depende do Congresso. Pode aumentar, aumentando o imposto – é o único jeito.

Nós caímos na real. Não há mais milagre a fazer. Na inflação, como disse o Governador Eduardo Azeredo, havia uma confusão muito grande. Aumento de salário de 30%, 40%; inflação de 20% ao mês: em três, quatro meses, o prefeito refazia a sua renda, em detrimento do salário. A mesma coisa fazia o Presidente da República, todos. Esse mecanismo acabou.

Sobre a concessão de aumento, imaginem que um Prefeito resolva dar 30% de aumento aos seus funcionários. Quando é que ele vai recuperar isso? Só quando a sociedade se dispuser a pagar 30% de aumento de impostos. Não vai.

Então, nós temos que começar a raciocinar em termos de uma moeda estável, em que as concessões de aumento não podem ser em desproporção com a receita. E só há um jeito efetivo de aumentar a receita: é aumentar a produtividade, o crescimento econômico, aperfeiçoar o aparelhamento fiscal, controlar melhor a evasão e distribuir, então – aí, sim, de forma eqüitativa –, o produto arrecadado.

Isso é a base da economia e da modernização da sociedade. De onde é que eu tiro 13º para dar, senão dessa maneira, criando, indiretamente, recurso? Não tem de onde. O Tesouro não dispõe das linhas necessárias. Não dispõe, não há como. É preciso pedir autorização ao Congresso, o qual terá que modificar a Constituição, para dizer que haverá um incremento de impostos, de IPI e IR, para que desse incremento seja possível, então, transferir para os municípios. Se o Congresso estiver de acordo com isso, o Presidente assina em baixo. Não tem nem poder de vetar a lei, porque o Congresso é soberano.

Então, a demanda tem que ser sobre o Congresso. E creio que o Congresso terá muitas dificuldades em aumentar impostos. Muita. Mas, na verdade, na mecânica democrática é assim, não tem outra solução.

Dos recursos disponíveis pela União, na verdade – o Ministro Jatene é quem melhor sabe disso, porque está lutando no Congresso para obter um adicional de imposto para saúde, porque ele sabe que nós não temos de onde tirar. E a dificuldade, no momento atual, é que demandas justas não encontram meios para serem atendidas. Então, o Governo tem que dizer “não”. Os senhores fazem a mesma coisa, dizem “não” a coisas justas, mas não têm os meios. Claro que a demanda da saúde é justa, que, como explicou o Ministro Jatene, nós dobramos, praticamente, o recurso de saúde. E não é suficiente. É justo que se queira mais, mas é preciso criar as condições para ter esse “mais”. E essa condição passa pelo crescimento da economia, dos impostos e pelo combate à evasão de impostos. Não há outro mecanismo; no regime democrático e sem inflação, não há outro mecanismo.

Por isso é que nós estamos pedindo ao Congresso que acelere a aprovação dessas medidas. Porque, através delas – essa da educação, por exemplo –, de imediato os municípios mais pobres vão ter recursos

adicionais, dados pelo Governo Federal. De imediato. Sem isso eu não tenho nem como fazer; não tenho os instrumentos, nem leis nem de recursos, para fazer essas transferências.

Creio que é muito importante que nós falemos com muita franqueza sobre essas questões, para que entendamos qual é o miolo da questão. E não podemos ter dúvidas, também, quanto ao fato de que, por doído que seja, nós vamos ter que enxugar a folha de pessoal. Por isso nós estamos nos batendo, no Congresso, para permitir mais flexibilidade nesses mecanismos, com garantias para o funcionário, com indenização, com mecanismos objetivos, com critérios. Mas não é possível, não há mais como atender.

E os senhores sabem que, a partir de 1988, quando se verifica a distribuição relativa da renda, dos impostos e contribuições entre estados, municípios e União, isso cresceu mais depressa nos municípios. Houve um aumento, um incremento grande dos municípios. Mas, também, quando se olha a folha de pagamento de pessoal e se vê o número de pessoas atendidas, cresceu também no município. É compreensível, porque o município vai atender a mais coisa: tem a educação, tem a saúde,... Não estou criticando de uma maneira, digamos, brusca: "Está tudo errado." Não, não, eu sei que há esse processo, e vai aumentar esse processo de demanda na base. Talvez tenhamos que discutir no Congresso e ter um mecanismo para atender a essas questões. Mas não é mais o Governo Federal, não é a União quem pode fazer isso: é o Congresso que tem que discutir quais são as possibilidades de ampliação da base tributária, ou de aumento de alíquotas de impostos, para que nós possamos atender a essas demandas.

Provavelmente, teremos que fazer um misto: uma atitude mais rigorosa na despesa e algum incremento na arrecadação. Mas nós vamos ter que enfrentar essa difícil questão, que é a da despesa, que o Brasil não enfrentou até hoje de maneira objetiva, porque a inflação, como disse, nos permitia a auto-enganação. Agora não há recurso. Mas a receita cresceu violentamente. Nós temos batido recordes de receita, desde que o Plano Real começou a funcionar – aliás, desde antes.

Só para dar um dado empírico, e sem muito rigor: quando eu estava no Ministério da Fazenda, a arrecadação de impostos diretos do Tesouro, no máximo, foi de 3,8 bilhões de dólares; no mês passado, foi de 7 bilhões. É espetacular o crescimento da receita, espetacular. E esse crescimento é distribuído de acordo com a lei. Eu tenho os gráficos todos, pena que não os tenha trazido para mostrar que tudo cresce assim, de 94 a 95. Mas, quando se olha a despesa, verifica-se que cresce mais depressa. Se falar em “economês” – porque estou vendo o Paulo Haddad –, a propensão a gastar é maior do que 1. Para cada unidade de receita que chega, gasta-se 1.1, 1.2. Aí, não tem fim. Nós temos que enfrentar essa dura questão, não há outro caminho.

No Governo Federal é a mesma coisa. A luta é muito grande para a distribuição desses recursos. No caso do Fundo de Participação, eu já mencionei o fato de que esses impostos são sazonais. Agora, houve uma observação que eu acho que essa deve ser atendida mesmo: a das isenções. Isso é certo. Nós estamos abusando de isenções, que prejudicam, efetivamente, as cidades mais pobres. (*Palmas.*)

Na proposta que o Governo mandou para o Congresso, de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, nós cortamos violentamente as isenções. Violentamente. Não sei como está, ainda, no alto julgamento do Congresso. Cabe ao Congresso saber se quer cortar isenção ou não quer cortar isenção. Não podemos privar os estados de algum instrumento de política industrial, tem que haver uma latitude nisso. Mas eu não me refiro só a essas isenções, não. Há isenções de todo tipo, e há fundos que se foram constituindo, cuja destinação é de efeitos menos conhecidos, pelo menos, para não dizer duvidosos. São bilhões que a sociedade não está controlando.

Aí, sim, numa análise, digamos, mais penetrante, mais embasada na realidade, nós podemos ver que há recursos mal gastos e que, se nós redistribuirmos os recursos mal gastos, alguns municípios que necessitam urgentemente poderão ter mais recursos. Essa questão é política. Eu estou aqui diante de Senadores e de Deputados. Sabem eles a dificuldade que é mexer em qualquer item que diga respeito a impostos, ou à distribuição de impostos – a questão de força, de força relativa.

O Governo Federal já mandou para o Congresso tanto a reforma tributária quanto a reforma do Imposto de Renda de pessoa física e jurídica. Eu creio que a Câmara já aprovou o da pessoa jurídica, está certo? E agora falta o de pessoa física. Há algumas inovações aí que vão permitir um certo aumento de arrecadação, pelo mecanismo de cobrar de quem não se cobrava antes. Isso é muito importante, porque são nichos de privilégios, nichos que, por razões que, historicamente, até podiam ter tido alguma motivação, de repente se transformam em privilégio, e não se cobra o imposto.

Deixe-me fazer uma pergunta incômoda. Desculpe, eu disse que nós íamos falar aqui com franqueza e entre amigos; e, com as palavras tão calorosas a respeito – merecidamente – do Governador Eduardo Azeredo, e generosas com relação a mim, que vocês disseram, acho que me sinto à vontade também para dizer, com franqueza: é preciso cobrar mais o Imposto Territorial, que a União não cobra. É preciso cobrar mais o IPTU. Há municípios que não cobram IPTU. Não cobram.

Eu, quando Senador, tinha feito uma proposta de que a distribuição do Fundo devia ser proporcional ao esforço de arrecadação. Eu pensei: se não se faz esforço de arrecadação na base própria, por que dar mais recurso? Não. Forçar mais. É claro que nos municípios mais pobres isso não é possível, porque não têm de onde tirar. Mas não é bem assim, não. Existem áreas onde não existe a contribuição específica do IPTU. Claro que nas grandes cidades não, porque essas têm mais. Agora, nós temos que pensar também nessa questão.

Espero – e tenho certeza que assim será, com essa interiorização, que eu apoio integralmente – que as cidades se tornem mais prósperas. Estão se tornando mais prósperas. Ainda hoje eu conversava com o Governador Azeredo sobre isso, e com o Vice-Governador Mares Guia, com Dr. Patrus, também – não com o Prefeito, mas, certamente, ele terá a mesma opinião –, no sentido de que nós estamos assistindo a uma modificação muito grande da rede urbana no Brasil. Há esse fato, que me encheu de alegria, de que Minas tem três das quatro ou cinco primeiras cidades, não é isso? E eu conheci mais de perto, na campanha – eu conheço bastante o Brasil – nas muitas cidades, que está havendo

uma modificação favorável ao interior. Isso é muito bom, isso é muito positivo. Então, dá para cobrar mais imposto, também, na base, aí. Claro! Dá para cobrar mais imposto.

É desagradável cobrar imposto, porque, etimologicamente, chama-se “imposto”? Senão, seria “voluntário”. É imposto, não é? E como eu, enfim, por circunstâncias da vida, fui obrigado a assumir posições que não são as de que todo mundo gosta, porque são duras, porque havia que ser duro, para poder colocar a economia em ordem, acho que nós todos temos que pensar nesses termos também.

Não estou, com isso, me negando a ler e analisar. Mas vamos buscar alternativas. Vamos buscar alternativas porque o problema existe. E o mais grave – eu já disse aqui – são as AROs–Antecipação de Receita Orçamentária. Pelo amor de Deus, se puderem, não façam ARO nenhuma a mais, joguem fora a ARO. (*Palmas.*) Porque não dá. Entrou nessa cadeia financeira? Não tem jeito.

E, repito, quando a ARO é para pagar pessoal, é o caminho da asfixia. É claro que o Governo Federal está, agora mesmo, no Conselho Monetário, por decisão minha, em reunião com os Governadores. Eu disse que iria socorrer os Governadores, socorrer adequadamente, fazer com que houvesse um programa de ajuste dos estados, para que eles, então, tenham possibilidade de ir trocando essas AROS, que alguns fizeram, e a dívida mobiliária, e outras formas de dívida, por mecanismos mais suaves. E o estamos fazendo. No momento adequado, vamos estudar o que fazer com os municípios. É muito mais difícil, porque são 5.000. É muito mais difícil. Mas os estados estão ficando ricos, vão poder fazer, os estados vão poder ajudar os municípios.

De qualquer maneira, nós vamos ter que equacionar. O processo de estabilização da economia é um processo. E é responsabilidade do Governo Federal, que está comandando esse processo, atender a situações reais que existem, e não dizer: “Gastaram, não fizeram ARO, foram inseqüentes.” Não, eles tiveram razões para isso, ou, pelo menos, não tiveram, talvez, a consciência, naquele momento, das conseqüências de certos aumentos. Os senhores estão pagando o preço de administrações passadas. Sempre é assim. Espero que as futuras digam de nós

outra coisa, que encontraram tudo tão em ordem, que vão poder gastar sem fazer AROs. Vamos ver.

Então, não estou aqui, por conseqüência, tendo uma palavra de recusa de considerar a situação: estou apenas tratando de esclarecer qual é o quadro jurídico, constitucional e de realidade, dentro do qual nós nos vamos mover. Mas, tenho certeza, o caminho é o que foi aqui delineado, e acho que todos apoiaram: é o da descentralização. É esse movimento forte de convergência de governo estadual, Governo Federal e governo municipal. E o Ministro Jatene acrescentou – e é verdade – que é esse do pluripartidarismo. imaginem os senhores um pobre Presidente que é apoiado por sete partidos. Passo o dia fazendo as pazes entre os partidos. Mas isso é que é bom. Isso é da vida democrática, não é? Pode, inicialmente, ser difícil, mas, com o tempo, força a convivência.

E eu também quero dizer uma coisa, para terminar a minha parte de falação. Isso tudo que nós estamos mostrando aqui são problemas da transição para a estabilidade e a prosperidade. Não percamos o rumo. Olhem um pouco o que era o Brasil há cinco anos e o que é o Brasil hoje, os horizontes que temos hoje, o investimento. Basta ler, hoje, sobre Minas Gerais, num dos jornais. É extraordinário. Minas, especialmente. Não é por estar em Minas. É porque eu penso assim. Eu até disse que o que o Governo Federal tinha que fazer era não atrapalhar Minas. Aí, o Governador Hélio Garcia me disse: “E pode ajudar um pouquinho.” Está bem, topo.

Mas Minas, especialmente, é um Estado que está – a olho nu se vê – em condições de avançar, pelo que foi dito aqui sobre educação, sobre saúde, pelo que acabou de dizer o Ministro Jatene. Quer dizer, nós mudamos. Este é um Brasil cheio de potencialidade.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que, se a estabilização traz esse desequilíbrio nas empresas, nas prefeituras, no Governo Federal, essa tremenda dificuldade de ajustar o orçamento, ela traz também horizontes, ela traz, também, a possibilidade de crescer. E, aí, sim, é o mecanismo pelo qual nós vamos aumentar a renda, de uma maneira sadia. É com o crescimento econômico.

Nós temos um programa chamado Plano Plurianual de Investimentos, o PPA, no qual nós já temos delineado o que tem que ser feito. Só que nós já estamos fazendo. Quando se ouve aqui o que se está fazendo na educação e na saúde, percebe-se que se está fazendo, às vezes, silenciosamente, porque não é para fazer espalhafato.

Só no plano de energia, na minha administração, nós já fizemos parcerias no valor de 2 bilhões de reais, na retomada de usinas. Inclusive, aqui, em Igarapava. Com o Ministro Sérgio Motta, que chegou aqui, eu fui ao lançamento do programa de telecomunicações para os próximos 8 anos – eu creio, são 77 bilhões de reais. Vamos imaginar que o nosso otimismo seja galopante – não é —, que seja metade disso. Isso gera emprego, gera renda, gera crescimento, gera crença no Brasil. Isso cria uma condição tecnológica para nós darmos saltos. Porque, hoje, quem não tiver um sistema de comunicações moderno (e, se possível, com esses celulares que não façam barulho enquanto o Presidente fala), melhor ainda. Mas esse sistema moderno que se está criando no setor de telecomunicações é outro exemplo disso.

Nos portos – área difícilíssima –, o Almirante Ribamar, cujo nome, possivelmente, nem é conhecido, está como Secretário Executivo dos Portos, dando um avanço grande nessa matéria. Nós estamos conseguindo, realmente, modernizar vários portos, negociando com os trabalhadores. Isso é área das mais difíceis do movimento sindical. E estamos fazendo.

Agora mesmo, o Ministro Odacir Klein, que não sei se está aqui, mas que se encarrega da questão dos transportes, assinou, hoje, o empréstimo para o metrô de Belo Horizonte. São 190 milhões de reais que o Senado aprovou ontem, numa forma de contrapartida do Governo Federal para o empréstimo. Vamos retomar esse metrô. Para chegar lá à periferia mais longínqua, são mais seis quilômetros. Agora, nesta semana, o Ministro vai iniciar a liberação de recursos para uma ponte que vai permitir que os grãos produzidos no Centro-Oeste venham para cá; e, quem sabe, como diz o Governador, com um “y”, uma perna, venham aqui, para Minas Gerais, para que nós possamos também fazer com que essa estrada beneficie Minas Gerais.

Estradas que há muito tempo estavam paradas estão sendo retomadas. Por quê? Porque nós estamos equilibrando a economia. Hoje, eu perguntava ao Ministro Klein quanto é que ele tem, por mês, para reparar estradas. Não tinha nada. Agora, tem 30 milhões de reais, por mês, para reparar estradas. Não é nada para o Brasil. O nosso problema é que a nossa magnitude é tão grande que é muito zero, sempre. É zero que não acaba mais. Mas, também, as benesses, quando vêm, vêm com muito zero. Quando nós realmente estivermos já num caminho mais estável de prosperidade, os réditos serão com muitos e muitos zeros.

Hoje, nós temos a retomada, de maneira muito conseqüente, de toda a matriz energética brasileira. Só estou esperando que o Congresso aprove o PPA para poder fazer uma exposição de planos de metas que nós temos, que são metas – algumas estão em marcha, já – para que o Brasil sinta, de novo, a sua potencialidade. Quem sabe possamos fazer Unaí–Pirapora, não é? O Governador insiste tanto com a Vale do Rio Doce, não é? Quem sabe, possamos fazer tantas outras coisas. E outras que os mineiros, eu sei, estão ansiosos para que venham para cá. E o Presidente não tem força nenhuma para decidir. Mas virão investimentos, inúmeros investimentos, para Minas Gerais.

Então, vamos continuar com realismo, não imaginando soluções mágicas, mas com confiança. E essa confiança é que vai permitir que esses nossos municípios avancem. E tenho certeza de que é na base dessa crença municipalista, que é tão forte aqui, dessa descentralização que é tão forte em nós, que vamos ter, realmente – num país das proporções continentais do Brasil, com essa pluralidade racial que nós temos, com essa diversidade, com essa força da natureza e já com uma base tecnológica —, vamos ter um grande país não é amanhã, não: já começou. E é de vocês.

Agradeço muito.